



ESTADODAPARAÍBA
CÂMARAMUNICIPALDEJOÃOPESSOA

CasaNapoleãoLaureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 53/2025.
INSTITUI O PROGRAMA CHEQUE
LIVRO, COMO MEDIDA DE
INCENTIVO AOS HÁBITOS DE
LEITURA ENTRE AS CRIANÇAS E
JOVENS NO MUNICÍPIO DO JOÃO
PESSOA.

I– RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa–CCJRLP recebe para exame e emissão de parecer o Projeto de Lei nº 53/2025 de autoria do Vereador Tarcísio Jardim, que institui o programa cheque livro, como medida de incentivo aos hábitos de leitura entre as crianças e jovens no município do João Pessoa.

É o relatório.

II– FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, informamos que, após análise inicial frente o SAPL da Câmara Municipal de João Pessoa, não verificamos que o mesmo texto legislativo e conteúdo fora protocolado anteriormente.

O texto se refere a instituir o programa cheque livro, como medida de incentivo aos hábitos de leitura entre as crianças e jovens no município do João Pessoa, tem por objetivo assegurar a ação integrada do livro não-escolar e promover a leitura, por parte dos jovens, em articulação com os setores públicos e privados, para ter acesso a um cheque para aquisições de livros, de montante a ser definido pelo Órgão competente do Poder Executivo

Pois bem.

Mesmo reconhecendo a boa intenção do legislador, o projeto em comento, adentra na competência do Poder Executivo Municipal quando usurpa a competência do Executivo Municipal necessitando de



ESTADODAPARAÍBA
CÂMARAMUNICIPALDEJOÃOPESSOA
CasaNapoleãoLaureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do município além de criar despesa.

Já no Parágrafo único do art.1º vemos que o texto do PL é inconstitucional quando determina de maneira vaga atribuição direta a órgãos do Poder Executivo Municipal, vejamos:

Parágrafo Único. Para efeito desta Lei, o “Programa Cheque Livro” tem por objetivo assegurar a ação integrada do livro não-escolar e promover a leitura, por parte dos jovens, em articulação com os setores públicos e privados, **para ter acesso a um cheque para aquisições de livros, de montante a ser definido pelo Órgão competente do Poder Executivo,** nos termos que seguem.

O artigo 30 da Lei Orgânica do Município de João Pessoa estabelece que compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem como matérias do projeto em questão que atacam a competência do chefe do executivo, vejamos:

Artigo 30 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I - regime jurídico dos servidores;

II - criação de cargos, empregos ou funções na Administração direta e autárquica do Município, - aumento de sua remuneração;

III ou orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do município.

O inciso I, do artigo 5, da Lei Orgânica Municipal indica que a competência legislativa municipal abrange assuntos de interesse local.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

Segundo Dirley da Cunha Júnior, entende-se, por interesse local “não aquele interesse exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo mais direto e imediato”.

“Artigo 5º - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem - estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições: **I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

De fato, o Projeto em comento versa sobre interesse estritamente local, além de ser competência comum de todos os entes federativos zelar pela guarda da Constituição, das leis, e das instituições democráticas, visando sempre a proteção do bem comum.

Outrossim, o próprio Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa, em seu art. 163, §1º, veda a propositura de Lei de competência exclusiva do Poder Executivo pelos Vereadores

“Art. 163-(...) §1º- **É vedado aos Vereadores iniciarem leis da competência exclusiva do Prefeito, especialmente as tipificadas no art. 30 da Lei Orgânica do Município.**”

Diante de toda leitura do texto proposto é visível que para ser implementado haverá indubitavelmente custos para o executivo municipal.

Além disso obrigará a prefeitura municipal a criação, estruturação e atribuições de órgãos e secretarias para se chegar ao alcance da sua finalidade.

Por este prisma, a **obrigação imposta ao Poder Executivo Municipal padece de inconstitucionalidade formal.**

Entretanto, por mais que o tema não possa prosperar por meio de um Projeto de Lei do Legislativo, poderia ser remetido ao prefeito por meio de um Projeto de Indicação, a ser analisado e assim poderia acatá-lo e transformá-lo em um Projeto de Lei

III- CONCLUSÃO



ESTADODAPARAÍBA
CÂMARAMUNICIPALDEJOÃOPESSOA

CasaNapoleãoLaureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

PELO EXPOSTO, opina-se pelo **PARECER CONTRÁRIO A CONSTITUCIONALIDADE** ao Projeto de Lei nº 53/2025

É o parecer, salvo melhor juízo.

João Pessoa, 12 de março de 2025.

VALDIR TRINDADE
VEREADOR-REPUBLICANOS



ESTADODAPARAÍBA
CÂMARAMUNICIPALDEJOÃOPESSOA

CasaNapoleãoLaureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, opinou pelo **PARECER CONTRÁRIO A CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei nº 53/2025, em conformidade com o parecer do Relator.

Salas das Comissões, 12 de março de 2025.

VALDIR TRINDADE

VICE PRESIDENTE

DAMÁSIO FRANCA NETO

PRESIDENTE

CARLÃO PELO BEM

MEMBRO

DURVAL FERREIRA

MEMBRO

MARCOS VINÍCIUS

MEMBRO

MILANEZ NETO

MEMBRO

ODON BEZERRA

MEMBRO